

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.^{mos} Membros da Assembleia Municipal do Município de Alfândega da Fé

Ex.^{ma} Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Ex.^{mos} Senhores Vereadores do Município de Alfândega da Fé

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e subsidiariamente pelos deveres de vigilância, acompanhamento e fiscalização previstos na legislação comercial, especialmente no Código das Sociedades Comerciais e ainda em observância ao prescrito na alínea a), do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 24 de Abril de 2014, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Trabalhos Efectuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal e também com o chefe de divisão financeira, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
- Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
- Verificação do cumprimento da Lei dos compromissos, da legalidade na realização da despesa e, também, do cumprimento dos limites do endividamento municipal.
- Verificação da observância do estabelecido para o setor empresarial local.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
 - 2.1- Análise e teste à tesouraria e aos saldos bancários apresentados pelo Município;
 - 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - 2.3- Testámos as operações de inventariação física das existências;



- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efetuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de amortizações;
- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

3. Em consequência do trabalho efectuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas datada de 24 de Abril de 2014, entendemos dever relatar o seguinte:

3.1 Sistema de controlo interno

- Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) Em relação às existências chamamos atenção para o facto de nos procedimentos de contagem, os quais são feitos por amostragem ao longo do exercício, os desvios apurados nessas contagens deverem ser regularizados à medida que são apurados e não apenas no final do exercício. Tal procedimento pode ter implicações no rigor dos inventários, provocando distorções, para além de também não acautelar uma informação rigorosa e tempestiva;
- b) Relativamente aos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Direta (executados com meios do Município) foram afetos à sua valorização o consumo de materiais, mão-de-obra e máquinas/equipamentos através da aplicação Gestão de

Atividades, cuja implementação decorre desde início de 2012, e que só neste exercício foi possível o apuramento por centro de custos a qual faz a agregação de diversas “divisões/atividades”, tendo permitido a sua imputação à rubrica “trabalhos para a própria entidade”;

- c) Os bens arrendados a terceiros, nomeadamente, lojas no mercado e bar do Centro Cultural continuam registados como imobilizado em curso, visto ainda não ser possível o seu registo definitivo por falta de alguns procedimentos administrativos, quando, de acordo com a normalização contabilística aplicável (POCAL), o reconhecimento desses ativos deverá ser relevado como investimentos financeiros (imóveis de rendimento) tanto mais que já se encontram em condições de poderem funcionar. De referir que, relativamente ao Mercado Municipal (constituição da propriedade horizontal) foi efetuada a escritura em início de 2014;
- d) Neste exercício, foram valorizados alguns bens de domínio público, trabalho esse efetuado pelos diversos setores do Município. Para o efeito, foi nomeada uma comissão de avaliação para colmatar estas falhas. Todavia, ainda existem alguns bens que não se encontram registados o que, naturalmente, se traduz numa subavaliação do ativo do Município;
- e) Como já havíamos referido em relatórios anteriores, o Município tem sido contemplado com subsídios de investimento para a realização de obras, designadamente desde a entrada em vigor do 1.º Quadro Comunitário de Apoio em 1990. Tais subsídios destinam-se a co-financiar obras que, regra geral, são classificadas como imobilizado e, também, como bens de domínio público. Esses subsídios foram tratados no âmbito da contabilidade orçamental, ou seja, como meros fluxos de receita e, a partir do ano de entrada em vigor do POCAL começaram a ser relevados nas contas patrimoniais como proveitos do exercício, não sendo objeto do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios que implica o reconhecimento inicial numa conta de proveitos diferidos, ou seja, no momento da sua atribuição e, posteriormente, relevado como proveito do exercício, de forma sistemática, à medida que os imobilizados que financiaram vão sendo amortizados e utilizando a mesma taxa de amortização, garantindo-se o cumprimento do princípio da correlação entre custos e proveitos. O efeito de tal situação ganha expressão numa subvalorização do património por desconsideração dos resultados provenientes do reconhecimento desses subsídios. No entanto, é de referir que, desde o exercício 2010, os subsídios obtidos para financiar bens do ativo imobilizado estão a ser registados corretamente na rubrica 274.5 – Subsídios para investimentos;

- f) Relativamente ao imobilizado é de referir que o setor do património já fez o levantamento de algumas obras que não se encontravam inventariadas, o que, em princípio, vem permitir melhorar a informação sobre as operações subjacentes a esses bens objeto de inventariação;
- g) De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que ainda não se verifica na sua totalidade. No entanto, é de referir que em alguns serviços os bens já se encontram totalmente etiquetados como, também, já se encontra afixada a ficha de carga, de forma a simplificar o seu efetivo controlo;
- h) Através das indagações efetuadas verificámos que parte do valor que consta em imobilizado em curso já se encontra concluído e que a sua transferência para imobilizado só não é efectuada devido a procedimentos administrativos, que ainda não permitiram o respectivo registo na Conservatória. Com efeito, o não cumprimento desse procedimento tem implicações na relevação contabilística das amortizações e provoca situações em que os ativos proporcionam proveitos sem lhes ser imputado qualquer custo à sua utilização e desgaste;
- i) Dos testes efectuados à área do pessoal, e do que pudemos verificar durante a realização dos nossos trabalhos, salientamos que os dispositivos de controlo existentes, quer para a presença física dos funcionários, quer para o controlo de horas produzidas e entradas e saídas, revelam alguma fragilidade, uma vez que esse controlo não é efectuado através de um sistema de controlo de presenças informatizado, ou seja, o controlo é efectuado pelo Chefe de Divisão;
- j) Não obstante ter sido publicada a Portaria n.º 474/2010 de 1 de Julho, o Município, à data do presente relatório, ainda não tinha procedido à Consolidação das suas Demonstrações Financeiras com as das suas empresas municipais, pelo facto destas não terem as suas contas fechadas atempadamente;
- k) Também, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, deve proceder em conformidade com o prescrito no seu art.º 62.º e, eventualmente, se for o caso, à adaptação dos Estatutos da sociedade Alfandegatur, E.M. em observância ao previsto nos artigos 70.º e 19.º desse diploma;
- l) Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação do Art.º n.º 27 da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

3.2. Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global. Tendo por base, como principais indicadores, os valores constantes do Balanço e Demonstração dos Resultados descritos no quadro abaixo, ajustámos a materialidade global em € 348.657 e a materialidade de execução em € 261.492.

	Valor	%	Maior Risco	%	Menor Risco
Balanço					
Activo Líquido	37 374 119,31 €	1,00%	373 741,19 €	2,00%	747 482,39 €
Fundos Próprios	13 569 528,58 €	2,00%	271 390,57 €	5,00%	678 476,43 €
Total			645 131,76 €		1 425 958,82 €
Média			322 565,88 €		712 979,41 €
Resultados					
Volume de negócios	1 346 525,61 €	0,50%	6 732,63 €	1,00%	13 465,26 €
Result. antes impostos	361 953,98 €	5,00%	18 097,70 €	10,00%	36 195,40 €
Total			24 830,33 €		49 660,65 €
Média			12 415,16 €		24 830,33 €
Média Geral			167 490,52 €		368 904,87 €
Materialidade Global				348 657,00 €	
Materialidade Execução				261 492,75 €	

3.3 Notas sobre os trabalhos efectuados e respectivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação à tesouraria foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do caixa e não detetámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efectuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 399,42.

12 – Depósitos em Instituições Financeiras

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 477.797,67.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das cinco entidades circularizadas (C.G.D., Millenium BCP, Crédito Agrícola de Alfândega da Fé, Crédito Agrícola de Bragança e B.P.I.) só não obtivemos resposta do Crédito Agrícola de Bragança. O trabalho desenvolvido consistiu em testes de verificação substantiva e da conformidade das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu

concluir que as 11 contas bancárias estão adequadamente conciliadas e, por conseguinte, com os saldos adequados.

Relativamente à conta 1211 – 166630 da C.G.D. verificámos que o saldo está conciliado. A diferença diz respeito a cheques em trânsito no valor global de € 6.220,23, créditos não lançados no banco no valor de € 514,00 e débitos e créditos no banco ainda não lançados na contabilidade nos valores de € 47.467,89 e € 121.919,41, respetivamente.

Em relação à conta 1211 – 934553 da CGD, verificámos que o saldo está conciliado e que a diferença é referente a um crédito de € 600 ainda não registado na contabilidade.

Relativamente à conta 1211 – 917673 da CGD verificámos que o saldo está conciliado e que a diferença é devido a cheques em trânsito no valor de € 21.008,00 e a débitos no banco no valor de € 16,50 ainda não registado na contabilidade.

A conta 1211 - 985463 da CGD está conciliada a diferença resulta de créditos no banco ainda não lançados na contabilidade no valor de € 4.659,39.

Em relação à conta 1231 – 422544 do BCP, verificámos que o saldo está conciliado e a diferença deve-se a débitos e créditos no banco ainda não registados na contabilidade nos valores de € 478,39 e € 4.377,51, respetivamente.

Com relação à conta 1241 - 52203217 do Crédito Agrícola, verificámos que o saldo está conciliado e a diferença é devido a um cheque em trânsito no valor de € 60,00 e débitos no banco ainda não registado na contabilidade no valor de € 4.979,19.

Em relação à conta 1242 – 23780954 do Crédito Agrícola, verificámos que o saldo está conciliado e a diferença resulta de um crédito no banco ainda não registado na contabilidade no valor de € 33,27.

Relativamente à conta 1251 – 881918 do BPI, verificámos que o saldo está conciliado e que a diferença resulta de débitos no banco ainda não registado na contabilidade no valor de € 1.603,45.

Em síntese, temos:

Conta de Razão Nº	Conta Bancária Nº	Banco	Saldo Extracto Banco	Ítems de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-13
				Empresa				Banco			
				Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
1211	0035/0000016663	C.G.D.	110 632,29 €		6 220,23 €		514,00 €	47 467,89 €	121 919,41 €	0,00 €	29 446,54 €
1211	0035/0000580643	C.G.D.	118 269,70 €		760,50 €					0,00 €	117 509,20 €
1211	0035/0000719153	C.G.D.	17,94 €							0,00 €	17,94 €
1211	0035/0000934553	C.G.D.	5 124,72 €						600,00 €	0,00 €	4 524,72 €
1211	0035/0000917673	C.G.D.	260 135,74 €		21 008,00 €			16,50 €		0,00 €	239 144,24 €
1211	0035/0000971753	C.G.D.	4,33 €							0,00 €	4,33 €
1211	0035/0000985463	C.G.D.	47 130,15 €						4 659,39 €	0,00 €	42 470,76 €
1231	0017/0000422544	B.C.P.	33 995,47 €					478,39 €	4 377,51 €	0,00 €	30 096,35 €
1241	0045/4005220321	C.A.	3 998,26 €		60,00 €			4 979,19 €		0,00 €	8 917,45 €
1242	0045/4023780954	C.A.	2 450,24 €						33,27 €	0,00 €	2 416,97 €
1251	0010/0000881918	B.P.I.	1 645,72 €					1 603,45 €		0,00 €	3 249,17 €
			583 404,56 €	0,00 €	28 048,73 €	0,00 €	514,00 €	54 545,42 €	131 589,58 €	0,00 €	477 797,67 €

2 – Terceiros

21 - Clientes

Relativamente a esta rubrica, efetuámos procedimentos alternativos de auditoria às circularizações (procedimentos analíticos) às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Acresce que, da análise e avaliação que fizemos ao controlo interno à área dos clientes, ficámos com a convicção que os procedimentos de controlo nos permitem obter uma segurança razoável sobre os valores relevados relativamente a essas entidades.

Da análise efetuada verificámos que o saldo da rubrica “21 – clientes, contribuintes e utentes” é composto, essencialmente, pelas rubricas “212206 - outros impostos indiretos” (€ 244.347,03), “2123013 – ocupação da via pública” (€ 464.513,40), “212302 – multas e outras penalidades” (€ 547.300,72) e “2134 – rendas e alugueres de habitação e outros” (€ 70.574,81).

Relativamente aos “outros impostos indiretos”, o saldo resulta da faturação efetuada pelo Município à empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A”, através da emissão da DRI 2109, relativa à taxa de ocupação do subsolo (taxa de ocupação dos Domínios Públicos e Privados do Município: infraestruturas de abastecimento de água). Todavia, a empresa não procedeu ao respetivo pagamento e apresentou reclamação alegando ilegalidade relativamente à cobrança dessa taxa. Note-se que o valor inicial era de € 476.328,98 tendo sido reduzido em 50% na Reunião de Câmara de 26 de Setembro de 2011.

Em relação à rubrica “ocupação da via pública”, verificamos o registo da DRI 909 emitida à empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A” referente à taxa de ocupação de subsolo do exercício de 2013.

Já no que se refere às “multas e outras penalidades”, verificámos que se trata de DRI’s emitidas às empresas “Jaime Nogueira & Filhos Lda.”, (€ 485.158,40) “ETE – Empresas de telecomunicações e eletricidade Lda.” (€ 51.489,24) e “José António Patrão, Lda.” (€ 10.644,52) referente a sanção contratual por cada dia de atraso na obra “infraestruturas para dinamizar Alfândega da Fé”.

Relativamente à rubrica “rendas e alugueres habitação e outros” verificámos que o saldo é referente, na sua maior parte, à renda de concessão do 4.º trimestre da EDP.

Relativamente às taxas de ocupação do subsolo imputado às ATMAD é de referir que encontra-se em Tribunal os valores de € 244.340,90 e € 232.256,70 e que, em 2012, foi dado um parecer favorável à posição do Município por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela – Procuradoria da Republica.

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

De notar que a rubrica "21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa" apresenta um saldo no valor de € 46.850,12, sendo € 45.882,52 de "clientes com cobranças em atraso e € 967,60 de "clientes com cobranças em litígio".

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores selecionámos 31 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 31 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 20. Dessas 20 entidades apurámos a conferência de 10, verificámos a conciliação de 10 e não obtivemos resposta de 11.

Quadro das entidades que conferem

N.º Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
221	3970	GLOBAL TENDAS	-7 995,00 €	-7 995,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221	4562	Deloitte & Associados, Sroc S.a.	-28 317,06 €	-28 317,06 €	0,00 €	1	CONFERE
221	115	ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASM	-8 782,00 €	-8 782,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221	1349	ALFREDO MOREIRA DA SILVA & FILHOS, LDA	-1 875,82 €	-1 875,82 €	0,00 €	1	CONFERE
221	1978	FLOW SYSTEMS-SISTEMAS DE MEDICAO DE FLUIDOS, LDA	-2 277,59 €	-2 277,59 €	0,00 €	1	CONFERE
221	2849	GUALDIM ANCIAES AMADO & FILHOS, LDA	-19 072,61 €	-19 072,61 €	0,00 €	1	CONFERE
221	3639	GEOATRIBUTO - IPOC, LDA	-8 961,78 €	-8 961,78 €	0,00 €	1	CONFERE
221	3800	A. FONSECA RIBEIRO, LDA	-12 300,00 €	-12 300,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221	4482	ANTEROS EMPREITEIROS S. A.	-3 179,68 €	-3 179,68 €	0,00 €	1	CONFERE
228	3753	RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL	-14 386,17 €	-14 386,17 €	0,00 €	1	CONFERE

Quadro das entidades conciliadas

N.º Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
221	3450	FERNADO PEIXINHO & JOSÉ LIMA, SROC LDA	-3 960,60 €	-4 950,75 €	990,15 €	2	CONCILIADO
221	3995	SUMA	-6 605,40 €	-8 214,75 €	1 609,35 €	2	CONCILIADO
221	306	TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA	-3 925,58 €	-22 350,79 €	18 425,21 €	2	CONCILIADO
221	1915	ARMANDO MANUEL PIRES	-4 797,60 €	-18 105,68 €	13 308,08 €	2	CONCILIADO
221	2100	GABRIEL MOTORSPORT, LDA	-2 046,75 €	-2 110,31 €	63,56 €	2	CONCILIADO
221	2128	MEDIDATA.NET	-9 017,95 €	-20 429,09 €	11 411,14 €	2	CONCILIADO
221	2228	AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	-94 814,03 €	-136 804,48 €	41 990,45 €	2	CONCILIADO
221	3368	TIAGO DE JESUS AIRES CALDEIRA	-3 717,68 €	0,00 €	-3 717,68 €	2	CONCILIADO
221	3753	RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL	-6 987,85 €	-20 933,20 €	13 945,35 €	2	CONCILIADO
221	3796	INTERPISCINAS-CONSTRUCAO E MANUTENCAO LDA	-52 631,10 €	0,00 €	-52 631,10 €	2	CONCILIADO

Quadro das entidades que não responderam

N.º Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
221	1684	FERNANDO JOAQUIM VILARES	-13 055,11 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	1895	EDP DISTRIBUICAO ENERGIA S.A.	-3 011,04 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	3234	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, SA	-27 896,01 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	3915	AGENCIA FUNERARIA, MEDEIROS-SOC. UNIPESSOAL, LDA	-3 630,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	4259	EDP COMERCIAL	-2 633,15 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	4496	MINFO	-1 971,40 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	2162	JOSE JOAQUIM GOMES	-30 814,82 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	2961	PAULO JORGE CARRAZEDO CALDEIRA NETO	-2 410,80 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	4368	Natercia Maria Silva Santos	-1 823,20 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
228	45	EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA	-8 964,30 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221	3268	AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE	-3 588,68 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

23 - Empréstimos obtidos


Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve um aumento do saldo em dívida que passou de € 16.305.192,54 em 31 de Dezembro de 2012 para € 19.165.732,57 em 31 de Dezembro de 2013.

Em 26 de Março de 2013, foi publicada no DR - 2.ª serie nº 60, aprovação ao pedido de adesão ao Programa I do PAEL e aceite o Plano de Ajustamento Financeiro apresentado pelo Município de Alfândega da Fé que pressupõe um reequilíbrio financeiro no valor de € 17.500.000,00, bem como a autorização de concessão de um empréstimo pelo Estado até ao valor de € 694.457,45, tendo sido executado, até 31 de Dezembro, € 16.349.999,67 do reequilíbrio financeiro e € 406.257,61 do PAEL.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D., B.P.I., Millenium B.C.P., Crédito Agrícola e Direcção Geral do Tesouro). Das cinco entidades circularizadas apenas não obtivemos resposta do Crédito Agrícola de Bragança e da Direcção Geral do Tesouro (DGT). Assim sendo, verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade e substantivos, o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito (empréstimos bancários de médio e longo prazo) têm a situação regularizada, ou seja, cumpridas tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros).

Em relação à entidade Crédito Agrícola e DGT, da qual não obtivemos resposta, validámos o capital em dívida mencionado nos registos contabilísticos através do documento da última prestação paga e do Mapa de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:



Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Nº Conta	Descrição	Banco	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
231111	58023065724	CCAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312114	0042/000386/9/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312115	9015/002726/4/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312116	9015/003464/3/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312117	9015/003448/1/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312118	9015/003744/8/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312119	9015/003816/9/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312121	9140/013095/9/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312122	9015/004278/6/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312126	0042/000369/9/91	CGD	3 987,95 €	3 987,95 €	0,00 €	1	CONFERE
2312127	0042/000373/8/91	CGD	30 503,30 €	30 503,30 €	0,00 €	1	CONFERE
2312128	0042/000374/6/91	CGD	7 953,72 €	7 953,72 €	0,00 €	1	CONFERE
2312129	9015/003449/9/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312131	8819186-830-001/0666	BPI	421 191,32 €	421 191,32 €	0,00 €	1	CONFERE
2312132	9015/006289/291	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312133	9015007638991 - REEQ	CGD	10 749 999,67 €	10 749 999,67 €	0,00 €	1	CONFERE
2312141	9015/003979/3/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312142	9015/004082/1/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312143	9015/004277/8/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312144	9015/004607/2/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312145	9015/004608/0/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312146	9015/004817/2/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312147	9015/004818/0/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312148	9015/006538/791 PRED	CGD	328 909,10 €	328 909,10 €	0,00 €	1	CONFERE
2312149	9015/006889/0/91	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312151	122338351	MILLENNIUM BCP	230 299,07 €	230 299,07 €	0,00 €	1	CONFERE
2312152	122320891	MILLENNIUM BCP	136 630,83 €	136 630,83 €	0,00 €	1	CONFERE
2312161	56049437809 - SAN FIN	CA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2312162	REEQ.FINANC	CA	5 650 000,00 €		5 650 000,00 €	5	NÃO RESPONDEU
2312324	PRED	DGT	1 200 000,00 €		1 200 000,00 €	5	NÃO RESPONDEU
2312325	PAEL	DGT E DGF	406 257,61 €		406 257,61 €	5	NÃO RESPONDEU

Apesar do Município ter a conta 681 – Juros suportados desagregada por Instituição Bancária, somos da opinião que deveria ser criada uma subconta por cada empréstimo obtido.

O aumento dos empréstimos bancários tem contribuído para uma menor margem face ao limite de endividamento municipal, que, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2013 é a médio e longo prazo, de € 5.745.606, o que significa que, à data de 31 de Dezembro, o montante global dos empréstimos bancários que concorrem para o endividamento, ou seja, empréstimos não excecionados, excedem esse limite em € 12.726.191.

O quadro seguinte evidencia a evolução do endividamento de MLP e endividamento líquido entre os períodos de 2010 e 2013:

	2010		2011		2012		2013	
	Endivid. MLP	Endivid. Líq.	Endivid. MLP	Endivid. Líq.	Endivid. MLP	Endivid. Líq.	Endivid. MLP	Endivid. Líq.
Limite Endividamento	6 286 987	7 858 734	10 594 424	12 668 170	10 264 290	12 784 336	5 745 606	7 182 008
Endividamento (comunicado à DGAL)	14 117 239	13 516 970	13 895 764	14 619 249	13 169 996	14 488 390	18 471 797	15 908 325
Margem (+) / Excesso (-)	-7 830 252	-5 658 236	-3 301 340	-1 951 079	-2 905 706	-1 704 054	-12 726 191	-8 726 317



24 - Estado

Esta rubrica inclui todas as relações financeiras que o Município tem com o Estado e Segurança Social, nomeadamente, no que respeita à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Segurança Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos verificámos que as contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

Da análise aos diversos tributos detetámos divergências entre os valores registados na contabilidade e os valores das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos, nomeadamente:

- IVA, apresenta uma divergência no valor de € 111,53 entre o valor da Declaração Periódica de Dezembro e o valor do balancete, o qual foi incluído no campo 41 da DP substituída de Janeiro de 2014;
- ADSE, apresenta uma divergência no valor € 63,02 entre o valor da guia e o balancete; e
- Segurança Social (desconto dos funcionários), apresenta uma diferença no montante de € 234,60 entre o valor da guia e o valor do balancete.

De notar, ainda, que a rubrica 245 – Contribuições para a segurança social não reflecte as contribuições a cargo da entidade do mês de Dezembro, nomeadamente, as contribuições da Caixa Geral de Aposentações (€ 21.180,31), sendo usada a conta 26899 – outros credores diversos. Chamamos atenção para alteração desta conta para a respetiva subconta 24.

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere ao seu cabimento e compromisso.

Da análise documental efetuada às diversas rubricas da classe 6 – gastos, apurámos o montante de € 34.222,06 de documentos cuja data de emissão é inferior à data da requisição. Assim sendo, o Município não cumpriu as fases de execução da despesa, nomeadamente na fase da proposta de cabimento e do compromisso. Tal situação deverá merecer uma alteração de procedimentos, em conformidade com as regras para a realização da despesa pública.



26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades inscritas na rubrica geral de "outros devedores e credores" seleccionámos 31 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Dessas 31 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 8. Dessas 31 entidades conferem 4 e conciliamos 4 e não obtivemos resposta de 23. Em relação às entidades de que não obtivemos resposta desenvolvemos procedimentos alternativos de auditoria para verificar a concordância dos valores constantes em cada conta corrente.

Quadro das entidades que responderam

Conta	Terc.	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
2615	3695	HIGINO PINHEIRO & IRMAO LDA.	-61 893,40 €	-61 893,40 €	0,00 €	1	CONFERE
268811	4472	VERDADE E RIGOR SA	-5 468,70 €	0,00 €	-5 468,70 €	2	CONCILIADO
268891	2631	ECOTECNICA-ELEVACAO E TRATAMENTO DE AGUAS E ESGOTOS L	-15 693,82 €	-15 693,82 €	0,00 €	1	CONFERE
268891	3695	HIGINO PINHEIRO & IRMAO LDA.	-2 204,52 €	-2 204,52 €	0,00 €	1	CONFERE
26899	115	ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTAN	-222 117,47 €	-222 117,47 €	0,00 €	1	CONFERE
26899	1175	ASSOCIACAO DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE TRANSMO	-7 416,00 €	-13 918,75 €	6 502,75 €	2	CONCILIADO
26899	1306	FILANDORRA-TEATRO DO NORDESTE, CRL	-1 666,66 €	-4 166,65 €	2 499,99 €	2	CONCILIADO
26899	3268	AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALFAN	-7 275,14 €	-15 155,42 €	7 880,28 €	2	CONCILIADO

Quadro das entidades que não responderam

Conta	Terc.	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
26823	629	COMISSAO COORDENACAO E DESENVOLVIMENTO REGION	480 865,24 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26823	4384	COMISSAO COORDENACAO E DESENVOLVIMENTO REGION	22 286,44 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268811	2162	JOSE JOAQUIM GOMES	-4 252,35 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268811	2958	PEDRO RICARDO REALISTA CARVALHO	-4 758,90 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268811	4245	GABRIEL AUGUSTO BRANCO COELHO MOREIRA	-7 992,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268811	4321	JOSE ALBERTO BEBIANO	-8 622,30 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268811	4379	JULIO SIMOES NEVES	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268891	1384	EMPREITEL - S.A	-2 839,33 €	0,00 €	-2 839,33 €	6	CARTA DEVOLVIDA
268891	1474	SANABA, LDA	-2 149,22 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268891	1862	FERREIRA & BEBIANO, LDA	-1 643,43 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268891	1915	ARMANDO MANUEL PIRES	-3 660,79 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268891	2038	C. ALVES & PIMENTEL, LDA	-2 107,20 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268891	2361	LADARIO-SOC.CONSTRUCOES LDA	-3 694,47 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268891	2849	GUALDIM ANCIAES AMADO & FILHOS, LDA	-15 140,65 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268891	4181	JAIME NOGUEIRA E FILHOS, LDA	-62 265,43 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268891	4382	JOSE ANTONIO PATRAO, LDA	-4 478,67 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26899	174	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	-10 028,99 €	-32 820,31 €		5	NÃO RESPONDEU
26899	904	ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26899	991	ASSOCIACAO INDUSTRIAL E COMERCIAL ALFANDEGA DA FE	-3 000,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26899	2872	CENTRO REGIONAL SEGURANCA SOCIAL (IGFSS)	-9 783,87 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26899	4049	A.D.A.F. - ASSOCIACAO DESPORTIVA DE ALF. DA FE	-2 500,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26899	4523	JOSE FRANCISCO CANCELA	-3 000,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26899	2824	Empreiteiros Casais	-346 055,40 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios, nomeadamente as suas estimativas e respectiva consistência.



Designação	Valor	
	Débito	Crédito
27 - Acréscimos e Diferimentos		4 550 081,82
271 - Acréscimos de Proveitos	47 515,10	
2719 - Outros Acresc. Proveitos	47 515,10	
272 - Custos a Diferir	8 024,66	
2721 - Seguros Diferidos	8 024,66	
273 - Acréscimos de Custos		186 613,82
2732 - Remunerações a Liquidar		140 684,69
2733 - Juros a Liquidar		45 929,13
2739 - Outros Acresc. Custos		0,00
274 - Proveitos Diferidos		4 419 007,76
2745 - Subsídios para Investimentos		4 419 007,76

Acréscimos de Proveitos

A 31 de Dezembro, esta rubrica apresenta um saldo no valor global de € 47.515,10. Os acréscimos de proveitos reconhecidos no exercício são referentes a receitas provenientes do I.E.F.P., rendas das eólicas da Serra de Bornes, impostos e receitas de água e saneamento do mês de Dezembro.

Relativamente às rendas das eólicas da Serra de Bornes, por lapso, foi registada a renda de Novembro, no valor de € 6.443,79, a crédito da rubrica 2719 e não foi considerada a renda do mês de Dezembro no valor de € 5.673,11.

Custos Diferidos

Esta rubrica inclui a quota-parte do diferimento que é atribuída a este exercício, designadamente no que concerne aos seguros que abrange este exercício e o seguinte.

Em relação aos seguros testámos vários itens tendo procedido ao cálculo dos valores a especializar. Concluimos pela conformidade dos procedimentos adotados e pela sua adequada contabilização. Dos documentos analisados, não detetámos divergências relevantes.

Acréscimos de Custos

Verificámos, também, que o Município considerou nesta rubrica as remunerações devidas por motivo de férias, não tendo havido o reconhecimento do subsídio de férias, o que por ser uma prática habitual não distorce materialmente a informação.

O Município registou, ainda, como custos do presente exercício os juros referentes a empréstimos bancários que irão ser pagos no exercício seguinte. Do teste efetuado concluimos que os juros a liquidar atingem o montante de € 35.438,94, refletindo-se numa diferença no valor de € 10.490,19 face aos valores estimados pelo Município (€ 45.929,13).

Neste exercício, não foram considerados os prejuízos de 2013 (€ 379.018,96) da empresa municipal "Alfandegatur", pelo facto desta se encontrar em fase de negociação para alienação.



Proveitos Diferidos

Esta rubrica reflecte os saldos dos subsídios de investimento correspondentes a investimentos que tenham processos de amortização/depreciação em curso, ou seja, os subsídios que se destinam a financiar a construção ou a aquisição de bens do ativo fixo (2745 – Subsídios para o investimento).

Anteriormente, os subsídios obtidos através de financiamentos comunitários, eram contabilizados como sendo subsídios de exploração, conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, o que sobrevalorizava o resultado do exercício em que eram recebidos e os quais não cumpriam o princípio da especialização dos exercícios. De notar que, só no exercício de 2009, as transferências efetuadas pelo FEDER atingiram o montante de € 1.070.571,03.

29 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica apresentava um saldo no valor de € 536.278,70 referente a provisões de cobrança duvidosa (clientes) no valor de € 40.718,98 e a provisões para riscos e encargos (processos judiciais em curso) no valor de € 495.559,72, conforme estimativa efetuada pelo Gabinete Jurídico. Todavia, verificámos que neste exercício foram revertidas/anuladas as provisões.

Relativamente às provisões de cobrança duvidosa foi deliberado em Reunião de Câmara, de 28 de Janeiro de 2013, a anulação das guias de receita das lojas do mercado anteriores a 2010.

A anulação das provisões dos processos judiciais deveu-se ao facto de, em 2013, ter sido efetuado um acordo de pagamento com a empresa CASAIS.

Todavia, de acordo com a resposta do Jurista do Município, em 14 de Abril de 2014, verificámos que, à exceção do processo da empresa CASAIS, estão pendentes diversas ações que reclamam créditos/indemnizações para os quais não existe qualquer provisão reconhecida no valor de, aproximadamente, € 636.973, e dos quais € 216.266 indicam que o sentido de decisão será favorável ao Município.

3 - Inventário/Existências

Das indagações efetuadas, verificámos que apesar de, em Junho de 2010, se ter iniciado o processo de informatização para controlo do armazém e, por essa via, passar a ser feito o reporte dos inventários e dos respectivos consumos na contabilidade patrimonial, ainda existe

material a sair do armazém sem que seja feito o respetivo documento MST (movimento do stock). Anotamos que, no decurso do exercício, não se procedeu às contagens físicas dos stocks através de testes de amostragem, e também não foi feita o inventário físico global no final do exercício.

Em relação a esta rubrica, não nos foi possível proceder à comparação dos valores registados na contabilidade com o mapa gerado pela aplicação do aprovisionamento, designadamente, o mapa que nos fornece informação sobre as existências finais em armazém, por conta e por artigo, derivado de um problema informático.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 30.099,76, para o qual não nos foi possível obter a evidência considerada necessária à formação da opinião.

4 - Imobilizado

Em relação ao imobilizado verificámos as aquisições com saldo mais expressivo, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado.

No quadro que a seguir se apresenta é feita a síntese das variações ocorridas em cada uma das rubricas:

Conta	Descrição	Saldo 31-12-2012	Movimentos		Saldo 31-12-2013
			Aumentos	Transferênc/ Abates	
41	Investimentos Financeiros	1 920 066,06	535 807,28	0,00	2 455 873,34
411	Partes de Capital	452 029,00	529 940,00		981 969,00
414	Investimentos em Imóveis	1 468 037,06	5 867,28		1 473 904,34
42	Imobilizações Corpóreas	12 189 026,19	1 283 950,83	124 678,75	13 348 298,27
421	Terrenos e Recursos Naturais	1 399 631,91	12 443,36		1 412 075,27
422	Edifícios e O.Construções	8 440 052,48	1 232 796,05	122 247,61	9 550 600,92
423	Equipamento Básico	770 289,31	20 573,37	431,94	790 430,74
424	Equipamento de Transporte	796 255,55	1 429,26		797 684,81
425	Ferramentas e Utensílios	112 135,75	12 203,02		124 338,77
426	Equipamento Administrativo	445 278,66	1 382,77	1 999,20	444 662,23
427	Taras e Vasilhames	46 116,89			46 116,89
429	Outras Imob. Corpóreas	179 265,64	3 123,00		182 388,64
43	Imobilizações Incorpóreas	163 977,26	18 958,00	0,00	182 935,26
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	0,00	13 530,00		13 530,00
433	Propriedade industrial e outros	155 528,91	5 428,00		160 956,91
434	Licenças e Software Inf.	5 867,10			5 867,10
439	Outros	2 581,25			2 581,25
44	Imobilizações em Curso	16 250 196,85	2 536 523,69	6 219 669,01	12 567 051,53
441	Investimentos Financeiros	80 608,76	4 621,06		85 229,82
442	Imobilizações Corpóreas	15 476 265,78	2 508 746,54	6 219 669,01	11 765 343,31
445	Bens de Domínio Público	693 322,31	23 156,09		716 478,40
45	Bens de Domínio Público	8 103 279,82	4 856 051,16		12 959 330,98
453	Outras Construções e Infra-Estruturas	1 210 229,19	4 726,28		1 214 955,47
455	Bens do Património Histórico, Cultural e Rec.	45 702,80			45 702,80
459	Outros Bens de Domínio Público	6 847 347,83	4 851 324,88		11 698 672,71
48	Amortizações Acumuladas	-2 969 709,03	-1 344 831,56	-4 923,36	-4 309 617,23

Da análise às rubricas de ativos fixos salientamos os seguintes aspectos:

Investimentos Financeiros:

- a) Verificámos que o Município mantém os bens arrendados a terceiros registados como imobilizado corpóreo. Ora, de acordo com a normalização contabilística aplicável (POCAL), tal situação tem implicações ao nível do reconhecimento desses ativos, que deverão ser relevados como um investimento financeiro e as despesas com a sua manutenção e conservação deverão ser imputadas a custos financeiros tal como os proveitos decorrentes das rendas recebidas;
- b) Foi deliberado na Sessão de Assembleia Municipal, de 20 de Fevereiro de 2013, a dissolução/liquidação da empresa Municipal "EDEAF, EM". À data de 31 de Dezembro ainda não se encontra dissolvida;
- c) Verificamos um aumento na participação financeira do Município na empresa municipal Alfandegatur, no valor de € 529.940,00, a título de aumento de capital, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 20/02/2013. Todavia, a certidão permanente ainda evidencia um capital social de € 290.000, pelo facto do registo na Conservatória ainda não ter sido efetuado;
- d) Relativamente às ATMAD – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro não nos foi possível verificar a participação através da certidão permanente, uma vez que esta não faz qualquer referência aos seus accionistas. Todavia, verificámos através do relatório e contas de 2012 da ATMAD e do Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 6 de Outubro, que suportou a criação da empresa e da ata n.º 1 de 25 de Outubro de 2001, o que nos permitiu concluir que a participação do Município corresponde a 106.119 acções a € 1/cada, o que corresponde, a € 106.119;
- e) Face ao exposto anteriormente, verifica-se que a rubrica 41 – investimentos financeiros está sobreavaliada em € 910,00 (€ 290.000 da Alfandegatur; € 55.000 da EDEAF e € 106.119 das ATMAD), devendo essa diferença ser regularizada;

Imobilizado Corpóreo e Imobilizado em Curso:

Verificamos que a rubrica "imobilizado em curso" não reflecte de forma fidedigna as obras que estão efetivamente em curso à data de 31 de Dezembro. Existem obras que continuam refletidas nas contas da autarquia como se tratasse de imobilizado em curso quando, na realidade, já se encontram concluídas e em pleno uso. Em síntese, esta situação vai trazer implicações ao nível das amortizações, uma vez que as amortizações são calculadas pela aplicação do património e esta, por sua vez, não reflete todos os ativos imobilizados corpóreos.

Imobilizado incorpóreo

O Município regista nesta rubrica a aquisição de licenças de software informático.

Valorimetria adotada

Como já havíamos referido, a valorimetria adotada para a generalidade dos ativos imobilizados é a do custo de aquisição. Porém, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração directa, verificámos que neste exercício foi reconhecido o montante de € 272.410,13 na rubrica 75 – Trabalhos para a própria entidade, o qual resultou da informação retirada da aplicação “gestão de atividades”, ao contrário do exercício anterior, em que o valor era apurado através de mapas em “Excel” elaborados internamente e da Divisão de Obras.

Bens de domínio Público

Foram valorizados alguns bens de domínio público pelos diversos setores do Município.

A divergência que existia, em 2012, entre os valores do POCAL com os valores do património deixou de existir (€ 3.259.319,23).

Os bens registados em “bens do património histórico, artístico e cultural”, nomeadamente, “escultura de granito e xisto – da água e das fontes” (registada em 2012 pelo valor de € 32.622,80), “cinta transportadora e máquinas de uso específico de lagar de azeite em estado de uso” (registado desde 2003 pelo valor € 12.000,00) e “conjunto de 20 fotos preto e branco” (registado em 2009 pelo valor de € 1.080,00), não estão a ser objeto de amortização.

Amortizações Acumuladas

De acordo, com a nota n.º 8.2.15 do ABDR, existem obras, como por exemplo a barragem e o parque verde, que não estão a ser objeto de amortização. De facto essas obras são terrenos, justificando-se a sua não amortização através da alínea g) do n.º 1 do art.º 36 do CIBE.

5 - Fundos Próprios

Em relação aos Fundos Próprios procedemos à análise e decomposição do saldo das diferentes rubricas, assim como verificámos a afetação dos resultados líquidos pelas rubricas de património, de reservas legais e de resultados transitados.

Quadro Variações em Fundos Próprios

Designação	31-12-2011	Aumentos	Diminuições	31-12-2012
5 - Fundos Próprios	10.800.684,77	2.862.983,84	456.094,01	13.207.574,60
51 - Património	10.530.693,97	702.209,10		11.232.903,07
57 - Reservas	999.999,69	33.067,70		1.033.067,39
59 - Resultados Transitados	-730.008,89	2.127.707,04	456.094,01	941.604,14

A rubrica 571 – reservas legais registou um aumento de € 18.097,98 referente à aplicação de 5% do resultado líquido do exercício de 2012.

Como já referimos em relatórios anteriores, a rubrica 576 – Doações apresenta o valor de € 321.789,66 pelo facto de, em 2004, se ter verificado a transferência de património do Estado Português para o Município. Tal transferência incluiu os edifícios das Escolas Primárias e os respectivos terrenos envolventes das freguesias do concelho de Alfândega da Fé e que totalizaram o valor de € 170.473,79, e, ainda, a transferência, por parte do IGAPHE, de bens imóveis destinados a habitação social, no valor de € 151.315,87. Neste exercício, esta rubrica registou um aumento de € 1.500 referente à doação da obra de arte “Percurso” de Altino Pereira.

Em relação à conta 59 – resultados transitados, verificámos que os movimentos ocorridos nesta rubrica resultaram das seguintes situações:

- Aplicação do resultado líquido do exercício de 2012 no valor de € 343.856,00;
- Lançamento de documentos cuja despesa é referente ao exercício anterior;
- Anulação da provisão referente a processos judiciais em curso no valor de € 495.559,72, pelo facto de se ter chegado a um acordo de pagamento com a empresa CASAIS;
- Transferência para a empresa EDEAF referente a prejuízos de 2012 que não haviam sido reconhecidos;
- Correções de valores resultante do processo de levantamento efetuado pelo património das obras concluídas que, ainda, constavam na rubrica 44 – investimentos em curso;
- Outras situações.

6 – Custos e proveitos

61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	154 696,47	188 883,83	34 187,36	22,10%
612	Mercadorias	0,00	2,10	2,10	
616	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	154 696,47	188 881,73	34 185,26	22,10%
6161	Matérias-primas	43 237,41	97 806,36	54 568,95	126,21%
6162	Matérias subsidiárias	1 856,66	7 583,56	5 726,90	308,45%
6163	Materiais diversos	3 647,58	3 934,99	287,41	7,88%
6165	MATERIAL DIVERSO	105 954,82	79 556,82	-26 398,00	-24,91%

2. Trabalho Efetuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respetiva revisão analítica.

3. Conclusões

Verificámos que, nesta rubrica, é registado o valor das aquisições de materiais a fornecedores destinados às obras que o Município realiza com o pessoal da autarquia (administração direta).

62 – Fornecimentos e Serviços Externos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 884 378,49	1 912 965,53	28 587,04	1,52%
621	Subcontratos	162 499,68	151 189,22	-11 310,46	-6,96%
622	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 721 688,15	1 755 227,36	33 539,21	1,95%
62211	ENERGIA	390 750,18	325 848,26	-64 901,92	-16,61%
62212	COMBUSTÍVEIS	112 323,93	78 804,71	-33 519,22	-29,84%
62213	Água	348 806,25	312 777,32	-36 028,93	-10,33%
62215	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	475,70	5 174,09	4 698,39	987,68%
62216	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1 632,40	0,00	-1 632,40	-100,00%
62217	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2 581,07	2 257,04	-324,03	-12,55%
62218	ARTIGOS PARA OFERTA	1 316,28	3 480,55	2 164,27	164,42%
62219	Rendas e alugueres	37 548,11	49 110,01	11 561,90	30,79%
62221	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	5 874,54	4 242,48	-1 632,06	-27,78%
62222	COMUNICAÇÃO	45 682,82	35 381,40	-10 301,42	-22,55%
62223	SEGUROS	5 981,14	4 744,22	-1 236,92	-20,68%
62225	Transportes	98,97	551,70	452,73	457,44%
62226	Transportes de pessoal	425,48	0,00	-425,48	-100,00%
62227	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	3 115,37	11 143,47	8 028,10	257,69%
62228	Comissões	118,76	0,00	-118,76	-100,00%
62229	Honorários	738,00	6 275,50	5 537,50	750,34%
62231	Contencioso e notariado	1 724,91	3 302,73	1 577,82	91,47%
62232	Conservação e reparação	63 629,77	85 572,42	21 942,65	34,48%
62233	Publicidade e propaganda	7 375,27	12 232,98	4 857,71	65,86%
62235	Vigilância e segurança	721,27	1 069,49	348,22	48,28%
62236	Trabalhos especializados	585 404,05	697 030,91	111 626,86	19,07%
62237	ALIMENTAÇÃO (REFEITÓRIOS)	35 140,26	18 620,60	-16 519,66	-47,01%
62238	ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	7 620,94	15 171,94	7 551,00	99,08%
62239	Seminários, Exposições e Similares	250,00	581,86	331,86	132,74%
62241	MATERIAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E RECREIO	3 393,36	1 832,77	-1 560,59	-45,99%
62243	ALIMENTAÇÃO ROUPAS E CALÇADO	0,00	7,87	7,87	
62290	Encargos de cobrança	32 555,96	29 444,83	-3 111,13	-9,56%
62298	Outros fornecimentos e serviços	26 403,36	50 568,21	24 164,85	91,52%
623	Materiais diversos	190,66	6 548,95	6 358,29	3334,88%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada como necessária nas circunstâncias.

3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2012, aumentou 25.587,04, ou seja, 1,52%.

Assim, passamos a identificar as rubricas que registaram menor variação, assim como as que contribuíram, desfavoravelmente, para este aumento de custos:

- Energia, registou uma diminuição no valor de € 64.901,92, o que corresponde a 16,61% derivado da diminuição da eletricidade dos edifícios do Município e da regularização de diversos contadores de obra;
- Combustíveis, registou uma diminuição no valor de € 33.519,22, o que corresponde a um decréscimo de 29,84%, derivado do fornecimento contínuo através de concurso;
- Água, apresenta uma diminuição no valor de € 36.028,93, ou seja, 10,33%;
- Conservação e reparação, apresenta um aumento de € 21.492,65, devendo-se essencialmente à idade das viaturas e máquinas e às correspondentes necessidades de reparação e manutenção;
- Trabalhos especializados, registou um aumento de € 111.626,86, o que equivale a 19,07% e que se deve, em parte, ao aumento de 3% por m3 na recolha das águas residuais por parte da ATMAD e da prestação de serviços no âmbito do plano de promoção da acessibilidade (projeto mobilidade).

63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	514 964,69	698 142,93	183 178,24	35,57%
631	Transferências correntes concedidas	493 612,40	613 335,67	119 723,27	24,25%
6311	Administrações públicas	265 712,81	368 116,03	102 403,22	38,54%
6312	Administrações privadas	27 745,52	0,00	-27 745,52	-100,00%
6313	Famílias	6 519,48	4 610,94	-1 908,54	-29,27%
6315	Empresas Municipais	179 660,34	100 741,40	-78 918,94	-43,93%
6316	TRANSFER. E SUBS. CORRENTES	13 974,25	139 867,30	125 893,05	900,89%
632	Subsídios correntes concedidos	2 500,00	2 662,46	162,46	6,50%
6321	Empresas	2 500,00	2 662,46	162,46	6,50%
638	Outras	18 852,29	82 144,80	63 292,51	335,73%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

As transferências e subsídios correntes concedidos pelo Município aumentaram, globalmente, € 183.178,24, ou seja, 35,57%. As maiores variações ocorreram nas transferências correntes efetuadas a nível das administrações públicas com um aumento de € 102.403,22 e a “transferências e subsídios correntes” com um acréscimo de € 125.893,05, a qual inclui custos com pessoal contratado no âmbito de estágios profissionais, emprego inserção e emprego inserção +.

64 – Custos com Pessoal

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
64	CUSTOS COM O PESSOAL	2 593 402,84	2 820 211,31	226 808,47	8,75%
641	Remunerações dos órgãos autárquicos	124 095,72	118 800,77	-5 294,95	-4,27%
642	Remunerações do pessoal	2 022 429,19	2 138 405,88	115 976,69	5,73%
6421	Remunerações base do pessoal	1 585 302,80	1 614 005,42	28 702,62	1,81%
64211	Pessoal dos quadros	1 330 464,31	1 290 867,15	-39 597,16	-2,98%
64212	Pessoal em qualquer outra situação	254 838,49	323 138,27	68 299,78	26,80%
6422	Suplementos de remunerações	416 963,51	505 682,39	88 718,88	21,28%
6423	Prestações sociais directas	20 162,88	18 718,07	-1 444,81	-7,17%
643	Pensões	4 825,56	5 067,08	241,52	5,01%
645	Encargos sobre remunerações	306 750,78	425 768,51	119 017,73	38,80%
6452	Segurança social dos funcionários publicos	198 751,05	271 118,86	72 367,81	36,41%
6453	Segurança social - regime geral	107 772,93	154 649,65	46 876,72	43,50%
6458	Outros encargos sobre remunerações	226,80	0,00	-226,80	-100,00%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	8 912,03	5 510,51	-3 401,52	-38,17%
648	Outros custos com pessoal	126 389,56	126 658,56	269,00	0,21%
6481	Despesas de saúde	102 630,64	93 013,68	-9 616,96	-9,37%
6482	Seguros de saúde	19 624,74	27 156,88	7 532,14	38,38%
6483	Custos com Formação	4 134,18	2 880,00	-1 254,18	-30,34%
6484	Exames de Saúde no Trabalho	0,00	3 608,00	3 608,00	

2. Trabalho Efetuado

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de um mês de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade.

Verificámos, também, o cumprimento, ou não, das operações de especialização de exercício.

3. Conclusões

Para além de pequenos desvios e pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações dignas de registo. Apesar de não ter sido especializado o subsídio de férias (só as férias), o facto de ser uma prática habitual e de não haver variações significativas entre os anos, o efeito material é residual.

Através da análise efetuada verificámos que em relação ao período homólogo de 2012, os custos com o pessoal aumentaram, em termos globais, 8,75%. As rubricas mais representativas na expressão dos custos com o pessoal e que mais contribuíram para este aumento foram a de “pessoal em qualquer outra situação”, “suplementos de remunerações” que registaram aumentos de € 68.299,78 e € 88.718,88, e concomitantemente os “encargos sobre remunerações”. Esta variação deve-se, essencialmente, ao pagamento em regime duodecimal do subsídio de natal e o pagamento do subsídio de férias sem os cortes que se verificaram em 2012, assim como a integração de 12 colaboradores da empresa municipal EDEAF deliberado em AM de 23 de Fevereiro de 2013.

Somos da opinião, que deveriam ser criadas, na contabilidade patrimonial, contas específicas para o registo do subsídio de natal e subsídio de férias.

65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	14 416,78	0,00	-14 416,78	-100,00%
651	Impostos e taxas	722,85	0,00	-722,85	-100,00%
659	Emprego Formação Profissional	13 693,93	0,00	-13 693,93	-100,00%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos.

3. Conclusões

Neste exercício, esta rubrica não registou qualquer valor. Em 2012, incluía os custos com os programas ocupacionais/subsidiados que, atualmente estão a ser registados na conta 6316 – transferências e subsídios correntes concedidos.

66 – Amortizações do Exercício

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	519 600,49	1 344 831,56	825 231,07	158,82%
662	Imobilizações corpóreas	378 102,45	368 799,24	-9 303,21	-2,46%
663	Imobilizações incorpóreas	7 426,59	7 817,73	391,14	5,27%
665	Bens de domínio público	134 071,45	958 214,59	834 143,14	622,16%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e, bem assim, à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica “amortizações do exercício”, comparando com o período homólogo de 2012, aumentou € 825.231,07.

Da análise ao mapa de amortizações e provisões do património verificámos que do montante de € 1.344.831,56, apenas o valor de € 588.285,57 corresponde ao exercício. Assim sendo, o remanescente (€756.545,99) deveria ser registado através da rubrica 59 – resultados transitados.

67 – Provisões do Exercício

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	495 559,72	0,00	-495 559,72	-100,00%
672	Para riscos e encargos	495 559,72	0,00	-495 559,72	-100,00%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos.

3. Conclusões

Esta rubrica, a 31 de Dezembro, possui um saldo nulo, não se verificando qualquer movimento. Em 2012, as provisões do exercício eram referentes a processos judiciais em curso.

68 – Custos e Perdas Financeiras

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	712 227,34	781 526,80	69 299,46	9,73%
681	Juros suportados	658 289,05	719 031,40	60 742,35	9,23%
68111	De curto prazo	10 880,75	12 343,10	1 462,35	13,44%
68112	De médio e longo prazo	603 138,70	644 871,13	41 732,43	6,92%
6812	OUTRO JUROS	44 269,60	61 817,17	17 547,57	39,64%
688	Outros custos e perdas financeiros	53 938,29	62 495,40	8 557,11	15,86%
6881	Serviços bancários	53 938,29	62 495,40	8 557,11	15,86%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Numa análise agregada a rubrica de “custos e perdas financeiras” registou um acréscimo de € 69.299,46 (9,73%), comparativamente a igual período do ano anterior. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram “juros suportados - MLP” (€ 41.732,43) e “outros juros” (€ 17.547,57), devido à contração do empréstimo do reequilíbrio financeiro.

69 – Custos e Perdas Extraordinárias

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	1 091 008,32	227 391,25	-863 617,07	-79,16%
691	Transferências de capital concedidas	429 901,57	193 056,02	-236 845,55	-55,09%
6911	Administrações Públicas	109 654,01	148 397,23	38 743,22	35,33%
6913	Famílias	6 488,96	27 158,79	20 669,83	318,54%
6915	Empresas	313 758,60	17 500,00	-296 258,60	-94,42%
694	Perdas em imobilizações	639 601,96	181,94	-639 420,02	-99,97%
695	Multas e penalidades	5 975,02	4 162,25	-1 812,77	-30,34%
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	14 215,69	24 767,83	10 552,14	74,23%
698	Outros custos e perdas extraordinários	1 314,08	5 223,21	3 909,13	297,48%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Através da análise efetuada, verificámos que em relação ao período homólogo de 2012 os “custos e perdas extraordinárias” diminuíram, em termos globais, 79,16%, ou seja, € 863.617,07. As rubricas que mais contribuíram para esta diminuição foram as “empresas” (€ 296.258,60), justificada pela diminuição das transferências para as empresas municipais no âmbito do Protocolo e da cobertura de prejuízos derivado da extinção da empresa EDEAF e “perdas em imobilizações” (€ 639.420,02), derivado da alienação, em 2012, do Pavilhão Mecapisa.

7 – Proveitos e Ganhos

71 – Vendas e Prestação de Serviços

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
71	Vendas e Prestação de Serviços	-534 320,60	-1 097 174,37	-562 853,77	105%
711	Vendas	-238 906,08	-291 940,66	-53 034,58	22%
7111	Mercadorias	-70 306,18	-119 942,79	-49 636,61	71%
7112	Produtos acabados e intermédios	-168 599,90	-172 678,12	-4 078,22	2%
7117	Devolução de vendas	0,00	680,25	680,25	
712	Prestações de serviços	-163 515,02	-173 505,36	-9 990,34	6%
7121	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-163 513,43	-173 505,36	-9 991,93	6%
7122	OUTROS	-1,59	0,00	1,59	-100%
713	OUTROS	-131 899,50	-631 728,35	-499 828,85	379%
7131	RENDAS E ALUGUERES	-131 899,50	-631 728,35	-499 828,85	379%

2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Verificámos, também, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Efetuámos, ainda, o teste ao corte de operações para verificação do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que em relação a Dezembro de 2012, as “vendas e prestação de serviços” registaram um aumento no valor de € 562.853,77. As rubricas que mais contribuíram para a obtenção deste resultado foram “7111 – Venda de mercadorias” com um aumento no valor de € 49.636,61, derivado do aumento dos tarifários da água e “7131 – Rendas e alugueres” com um aumento no valor de € 499.828,85, a qual inclui as rendas de concessão à ATMAD relacionadas com a cedência de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Todavia, segundo o “acordo de transação e contrato de cedência” apenas o montante de € 46.139,96 é referente a rendas de 2013 e o remanescente (€ 409.495,75) aos anos de 2003 a 2012. Assim sendo, as rendas anteriores a 2003 deveriam ser registadas na conta 59 – resultados transitados.

72 – Impostos e Taxas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
72	Impostos e Taxas	-812 205,01	-953 056,30	-140 851,29	17%
721	Impostos directos	-525 488,60	-594 719,72	-69 231,12	13%
722	Impostos indirectos	-16 307,88	-6 698,63	9 609,25	-59%
724	Taxas	-269 538,53	-339 340,82	-69 802,29	26%
725	Reembolsos e Restituições	-870,00	-12 274,49	-11 404,49	1311%
726	Anulações	0,00	-22,64	-22,64	

Sócio Administrador: Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues

Rua do Loreto, 120 – 1.º Sobreloja 5300-189 BRAGANÇA

Telefone 273 324 838 * Fax 273 328 186 * e-mail: fpeixinho.roc@gmail.com

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos alternativos utilizados.

3. Conclusões

A variação positiva ocorrida na rubrica "impostos e taxas" no valor de € 140.851,29 (17%) deve-se, essencialmente, ao aumento registado na arrecadação de impostos diretos (€ 69.231,12) e das Taxas (€ 69.802,29).

73 – Proveitos Suplementares

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
73	Proveitos Suplementares	-2 498,07	-480,01	2 018,06	-81%
731	Serviços sociais	-2 198,97	-92,70	2 106,27	-96%
736	BENS NAO DURADOUROS	-299,10	-387,31	-88,21	29%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas através da análise documental e à respetiva revisão analítica.

3. Conclusões

Esta rubrica registou uma diminuição no montante de € 2.018,06 (81%). Tal variação deve-se, essencialmente, à diminuição dos proveitos obtidos no âmbito dos serviços prestados pelo bar dos funcionários, o qual encerrou durante o exercício de 2013. Esta rubrica inclui, também, o fornecimento de livros de aviso de obra.

74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	-5 648 875,96	-5 833 199,26	-184 323,30	3%
7421	Administrações públicas	-5 298 766,20	-5 306 593,00	-7 826,80	0%
74211	Orçamento do Estado	-5 298 766,20	-5 306 593,00	-7 826,80	0%
742111	Transferências correntes	-3 241 109,32	-4 277 936,00	-1 036 826,68	32%
742112	Transferências de capital	-2 057 656,88	-1 028 657,00	1 028 999,88	-50%
7424	EXTERIOR	-329 664,70	-459 976,03	-130 311,33	40%
7425	Empresas	-20 445,06	-4 946,93	15 498,13	-76%
743	Subsídios correntes obtidos	0,00	-61 683,30	-61 683,30	



2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2013 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

3. Conclusões

Esta rubrica registou um acréscimo no montante de € 184.323,30 (3%), que se deveu, essencialmente, ao aumento nas rubricas “7424 – exterior” (€ 130.311,33), o qual inclui subsídios recebidos do IEF, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e da Solidariedade entre outras entidades, e “743 – subsidio corrente obtido” (€ 61.683,30) que inclui subsídios obtidos da EDP, no âmbito do fundo ambiental do Baixo Sabor (programa Edp solidariedade barragens), da Associação Baixo Sabor no âmbito do “projeto pinturas da fé”.

Verificámos que a rubrica “74242 – Feder” inclui o registo do reconhecimento do proveito relacionado com os subsídios ao investimento (conta 2745). Todavia, o reconhecimento do proveito dos subsídios ao investimento deverá ser efetuado através na conta “7983 – Transferências de capital”, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

75 – Trabalhos para a Própria Entidade

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	-902 132,60	-272 410,13	629 722,47	-70%
751	Investimentos financeiros	-25 164,51	0,00	25 164,51	-100%
752	Imobilizações corpóreas	-818 400,60	-244 632,98	573 767,62	-70%
754	Imobilizações em curso	0,00	-4 621,06	-4 621,06	
755	Bens de domínio público	-58 567,49	-23 156,09	35 411,40	-60%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta.

3. Conclusões

Verificámos que neste exercício foi reconhecido o montante de € 272.410,13 na rubrica de “trabalhos para a própria empresa”, ou seja, menos € 629.722,47 que em Dezembro de 2012.

Os valores imputados em 2013 tiveram como suporte informação retirada da aplicação “gestão de atividades”.

78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-285 791,51	-355 457,87	-69 666,36	24%
781	Juros obtidos	-377,65	-64,48	313,17	-83%
783	Rendimentos de imóveis	-285 413,86	-355 393,39	-69 979,53	25%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Esta rubrica registou um aumento no montante de € 69.666,36, que se deveu, essencialmente, à alteração da política contabilística no que respeita às rendas obtidas dos imóveis arrendados a terceiros e algumas rendas de concessão.

79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2012	31-12-2013		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	-156 385,37	-592 369,24	-435 983,87	279%
795	Benefícios de penalidades contratuais	-1 421,30	-551 096,10	-549 674,80	38674%
796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	-20 647,78	-20 647,78	
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	-6 334,64	-16 585,46	-10 250,82	162%
798	Outros proveitos de ganhos extraordinários	-148 629,43	-4 039,90	144 589,53	-97%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento, em termos globais, de € 435.983,87. A variação mais significativa e que mais contribuiu para este aumento, ocorreu nas

rubrica de “benefícios e penalidades contratuais” com um acréscimo de € 549.674,80, derivado das sanções contratuais por cada dia de atraso na obra “Infraestruturas para dinamizar Alfandega da Fé”, como mencionado na rubrica “21 – clientes, contribuintes e utentes”. Inversamente, a rubrica “798 – outros proveitos e ganhos extraordinários” registou uma diminuição de € 144.589,53.

3.4. Anotações aos documentos do encerramento das contas

Chamamos atenção para o facto de o Balanço dever evidenciar separadamente os empréstimos bancários de curto prazo (vencimento inferior a um ano) e de médio e longo prazo (vencimento superior a um ano) de modo a apresentar apropriadamente a posição financeira do Município; e

3.5. Acontecimentos Subsequentes

O processo de alienação da participação do Município no capital social da Alfandegatur não está concluído, uma vez que, inicialmente, o Tribunal de Contas “indeferiu” a reformulação do saneamento financeiro, que incluía o aumento de capital e assunção de parte da dívida necessária para alienação da empresa e, com a aprovação do PAEL e do reequilíbrio financeiro, foi feito o aumento de capital acordado para a transação da participação. Ocorre que, nesta data, tal operação ainda não se verificou.

Relativamente à empresa municipal EDEAF – Entidade Empresarial Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.E.M, dando cumprimento à aplicação da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto, foi aprovada em sessão de AM a sua dissolução, pese embora, a esta data, não se encontrar dissolvida.

3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:



Análise da Execução da Despesa

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	2 901 627,73	2 815 543,76	-86 083,97	97,03%
02-Aquisiçã de bens e serviços	3 586 988,40	2 836 444,76	-750 543,64	79,08%
03-Juros e outros encargos	1 083 517,58	833 033,75	-250 483,83	76,88%
04-Transferencias correntes	821 045,52	557 731,77	-263 313,75	67,93%
05--Subsidios	2 055,10	1 300,00	-755,10	63,26%
06-Outras despesas correntes	21 868,75	18 900,42	-2 968,33	86,43%
	8 417 103,08	7 062 954,46	-1 354 148,62	83,91%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	3 558 921,93	2 659 736,89	-899 185,04	74,73%
08-Transferencias e capital	945 547,19	676 908,86	-268 638,33	71,59%
09-Activos financeiros	1 201 963,34	1 197 840,00	-4 123,34	99,66%
10-Amortização empréstimos	14 271 356,59	14 270 124,05	-1 232,54	99,99%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	
	19 977 789,05	18 804 609,80	-1 173 179,25	94,13%
	28 394 892,13	25 867 564,26		

Verificámos que a execução da despesa, em termos globais, situou-se nos 91,10%, sendo 83,91% da despesa corrente e 94,13% da despesa de capital. Relativamente à despesa corrente, verificámos que as maiores variações ocorreram nas rubricas de “02 – aquisição de bens e serviços” e “04 – transferências correntes”. Já no que se refere às despesas de capital, as maiores variações ocorreram nas rubricas “07 – aquisição de bens de capital” e “08 – transferências de capital”.

Análise da Execução da Receita

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	Variação	%
01- Impostos directos	740 627,51	592 251,32	-148 376,19	79,97%
02- Impostos indirectos	38 988,36	7 214,07	-31 774,29	18,50%
04- Taxas multa e penalidades	254 053,51	217 866,52	-36 186,99	85,76%
05- Rendimentos propriedade	475 941,31	901 681,21	425 739,90	189,45%
06- Transferencias correntes	4 604 967,03	4 545 955,93	-59 011,10	98,72%
07-Vendas de bens e serviços	342 408,77	281 143,17	-61 265,60	82,11%
08- Outras receitas correntes	250 100,00	91 683,30	-158 416,70	36,66%
	6 707 086,49	6 637 795,52	-69 290,97	98,97%
Capital				
09- Venda de bens de investimento	318 261,79	188 700,03	-129 561,76	59,29%
10-Transferencias de capital	2 696 648,07	2 085 407,07	-611 241,00	77,33%
11 - Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	
12- Passivos financeiros	18 587 211,71	17 166 674,17	-1 420 537,54	92,36%
Receitas de capital	21 602 121,57	19 440 781,27	-2 230 631,27	89,99%
15-Outas receitas	85 684,07	93 615,04	7 930,97	109,26%
	85 684,07	93 615,04	7 930,97	109,26%
16-saldo gerencia anterior	84 184,07	81 184,07		
	28 394 892,13	26 172 191,83	-61 360,00	92,17%
Saldo gerencia seguinte	478 197,09			

Como podemos observar no quadro acima, a execução da receita situou-se nos 92%. Em relação às receitas correntes verificámos que foi nas rubricas “05 – rendimentos de propriedade” e “08 – outras receitas correntes” onde se registaram as maiores variações. Relativamente às receitas de capital foi nas rubricas “10 – transferências de capital” e “12 – passivos financeiros” onde se registaram os maiores desvíos.

3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2013 a execução orçamental correspondia genericamente aos seguintes valores:

	Execução da Despesa		Execução da Receita	
	Valor	%	Valor	%
Corrente	7 062 864,46	84%	6 637 795,52	99%
Capital	18 804 609,80	94%	19 440 781,24	90%
Outras			93 615,04	109%
Total	25 867 474,26	91%	26 172 191,80	92%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental põe em causa o princípio orçamental de equilíbrio, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada é inferior à despesa corrente do mesmo período, o que indica que parte das despesas correntes está a ser “suportada” por receitas de capital.

Já em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução da receita de capital situou-se nos 90% e as receitas correntes registaram uma execução de 99%.

A execução da despesa de capital situou-se nos 94% enquanto a despesa corrente teve um grau de execução de 84%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 90% da estimativa efetuada.

3.8. Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro abaixo apurámos diferenças entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SIAL.

O Município, no mês de Abril de 2013, apresentava fundos disponíveis negativos. De referir que o mapa da aplicação do POCAL apresentava fundos disponíveis iniciais negativos e fundos disponíveis atuais positivos. Todavia, o mapa da DGAL apresenta fundos disponíveis negativos o que indica que o Município assumiu compromissos incumprindo o disposto na alínea

f) do art.º 3º da Lei 8/2012 de 21/2, pelo que não se verifica o cumprimento definido no n.º 1 do art.º 5 da mesma Lei.

Resumo de Fundos Disponíveis - Início

Mês	Dados Extraídos do SIIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIIAL vs POCAL
Janeiro	349 529,87	1 912 970,88	1 563 441,01
Fevereiro	296 613,70	37 042,27	333 655,97
Março	228 543,68	228 543,68	-
Abril	45 313,79	45 313,79	-
Maior	1 786 104,71	1 786 104,82	0,11
Junho	1 277 955,30	1 277 955,30	-
Julho	992 067,76	992 067,76	-
Agosto	421 464,08	421 464,08	-
Setembro	278 778,57	278 778,57	-
Outubro	14 095 874,23	14 095 874,23	-
Novembro	700 613,82	700 921,88	308,06
Dezembro	410 323,14	410 323,14	-

3.9. Análise económico-financeira

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2012/2013:

Rubricas	Descrição	31-12-2012	31-12-2013	Desvio €	Varição %
71	Vendas e Prestação de Serviços	-534 320,60	-1 097 174,37	-562 853,77	105%
72	Impostos e Taxas	-812 205,01	-953 056,30	-140 851,29	17%
73	Impostos e Taxas	-2 498,07	-480,01	2 018,06	-81%
74	Transferencias e Subsídios Correntes Obtidos	-5 648 875,96	-5 833 199,26	-184 323,30	3%
75	Trabalho para a Própria Entidades	-902 132,60	-272 410,13	629 722,47	-70%
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	-285 791,51	-355 457,87	-69 666,36	24%
79	Prov. Gan. Extraordinários	-156 385,37	-592 369,24	-435 983,87	279%
	Total dos Proveitos	-8 342 209,12	-9 104 147,18	-761 938,06	9%
61	CMVMC	154 696,47	188 883,83	34 187,36	22%
62	F.S.E.	1 884 378,49	1 912 965,53	28 587,04	2%
63	Transferencia e Subsídios Correntes C. Prest. Sc	514 964,69	698 142,93	183 178,24	36%
64	Custos c/ Pessoal	2 593 402,84	2 820 211,31	226 808,47	9%
65	Outros Custos Operac.	14 416,78	0,00	-14 416,78	-100%
66	Amortizações do Exercício	519 600,49	1 344 831,56	825 231,07	159%
67	Provisões do Exercício	495 559,72	0,00	-495 559,72	-100%
68	Custos e Perdas Financ	712 227,34	781 526,80	69 299,46	10%
69	Custos e Perdas Extraord.	1 091 008,32	227 391,25	-863 617,07	-79%
	Total dos Custos	7 980 255,14	7 973 953,21	-6 301,93	0%
	Proveito - Custos	-361 953,98	-1 130 193,97	-768 239,99	212%

Da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2012, o Município registou um aumento de 9% no total dos proveitos, enquanto os custos registaram uma diminuição de 0,1 %, ou seja, verifica-se uma evolução favorável de exploração;

- Relativamente aos proveitos, foram nas rubricas “vendas e prestação de serviços” e “proveitos e ganhos extraordinários” que mais contribuíram para o aumento registado, com acréscimos de € 562.853 e € 435.983 respetivamente, derivado das rendas à ATMAD relacionadas com a cedência de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (conta 71) e das sanções contratuais aplicadas ao empreito da obra “Infraestruturas para dinamizar Alfândega da Fé” por cada dia de atraso (conta 79);
- As rubricas que apresentaram maior variação no conjunto dos custos foram as rubricas de “amortizações do exercício” com um aumento de € 825.231,07 resultante da inventariação dos bens de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo e da regularização das amortizações acumuladas, “provisões do exercício” com uma diminuição de € 495.559,72 que, em 2012, foram constituídas para os processos judiciais em curso e “custos e perdas extraordinárias” com decréscimo de € 863.617,07 derivado da alienação, em 2012, do Pavilhão Mecapisa; e
- Face ao exposto anteriormente o Município registou um resultado líquido do exercício superior ao do exercício de 2012 em € 768.239,99;

Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Alfândega da Fé, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Financeira.

Bragança, 24 de Abril de 2014



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047
em representação da S.R.O.C. n.º92 – Fernando Peixinho & José Lima

